



DIA TRÊS DE OUTUBRO
ESTÁ AÍ. A LEGISLAÇÃO
DIZ QUE O VOTO
É OBRIGATÓRIO.



O ESTADO INFOR-
MA QUE VOTAR É
UM EXERCÍCIO DE
CIDADANIA.



AS INSTITUIÇÕES
ANUNCIAM QUE COMPA-
RECER ÀS URNAS É UM
ATO DEMOCRÁTICO.



E AGORA
JOSÉ? VAMOS
FAZER O
QUÊ?



VOTAR PARA QUÊ? Dia três de outubro está aí. A legislação diz que o voto é obrigatório. O Estado informa que votar é um exercício de cidadania. As instituições anunciam que comparecer às urnas é um ato democrático. E agora José? Vamos fazer o quê? Como exercer o voto diante de partidos esfacelados, quando não desqualificados? Como votar em candidatos que, quando não estão enquadrados na Lei da Ficha Suja, são, ostensivamente, candidatos a serem fichados como “sujos”? Como confiar num Estado Democrático onde o chefe do Executivo descumpra as leis e ofende a liturgia do cargo e um Judiciário que, muitas vezes, finge que não vê e não ouve? Como acreditar numa campanha política onde o Presidente da República quebra as regras do jogo, agride a mídia e ainda tem a audácia de afirmar: “*eu sou a opinião pública*”. Acho que está na hora de cuidarmos da nossa Democracia antes que ela se consolide numa perigosa demagogia.

GOVERNO DO POVO Só para lembrar, cito o Dicionário de Política de Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino, segundo o qual a teoria contemporânea de Democracia congrega três grandes tradições do pensamento político: a teoria aristotélica, segundo a qual a Democracia é o governo do povo e de todos os cidadãos; a teoria medieval, de origem romana, que afirma que o poder supremo deriva do povo e se torna representativo ou deriva do príncipe e se transforma por delegação do superior para o inferior; e finalmente a teoria moderna, conhecida teoria de Maquiavel, segundo a qual a antiga Democracia nada mais é do que a república. O Dicionário de Política nos ensina ainda que a Democracia é um conjunto de regras de procedimentos para a constituição do governo e para a formação das decisões políticas.

LEGITIMAÇÃO DO PRÓPRIO PODER Numa leitura etimológica, Democracia significa governo do povo. Uma visão muito genérica que o cientista político Denis Rosenfield nos ajuda a aprofundar: “(...) *democracia é o governo da maioria, um governo cuja finalidade não é apenas a sobrevivência e o bem-estar material dos cidadãos, mas a liberdade política e o bem-viver, e implica em estar em comum acordo com os valores de uma comunidade virtuosa e justa*”. Segundo Rosenfield, no Estado Moderno, a Democracia virou adjetivação do Estado “(...) *é como se a democracia tivesse perdido a sua significação prática, de ser o lugar público de identificação da sociedade consigo, para*

se tornar uma nova forma de organização política (...) aqui, o conceito de Democracia sofre um deslocamento que altera o seu sentido, pois, de organização da “polis”, ele se tornou uma forma de governo do Estado (...) e termina por fazer da democracia uma forma de legitimação do seu próprio poder”.

SOBERANIA POPULAR E SOBERANIA DAS LEIS Rosenfield nos ensina ainda que a Democracia, no mundo contemporâneo, se situa na confluência de duas formas de soberania, que na verdade constituem uma só: “(...) *a soberania da maioria e a soberania das leis (...) uma insiste sobre o papel do povo na criação de instituições que respondam aos anseios da maioria, e a outra, sobre a objetividade e a permanência das instituições criadas (...) o problema consiste em conciliar o governo da maioria com instituições objetivas que se baseiem na pluralidade das opiniões e em leis que assegurem a necessária rotação dos governos submetidos periodicamente à soberania dos que os elegeram*”.

PLURALIDADE Conciliar a pluralidade de opiniões talvez seja um dos maiores desafios da Democracia na sociedade tecnológica e midiática. Os recentes e reincidentes episódios protagonizados pelo presidente Lula contra a mídia são a maior demonstração de ausência de espírito democrático. O lance foi tão grave que provocou uma manifestação pública de expoentes da “*intelligentsia*” nacional e gerou um abaixo assinado, com mais de 52 mil assinaturas, que está circulando na *internet*.

VOTE NO ESTADO DE DIREITO Lula está sendo citado como exemplo, porque, além de encarnar o papel de Presidente da República, tem um histórico de homem público que lutou pela Democracia e pela liberdade de expressão. Ele e seu partido, o PT, mais do que todos os políticos e partidos nesta campanha, deveriam saber honrar o Direito e incentivar as Leis que os levaram a governar o Brasil. Práticas como compra de votos no Congresso, uso do dinheiro público para campanha, formação de quadrilha e corrupção desabonam não apenas a sua biografia e o discurso ético do PT, mas os alinham aos piores modelos de políticos da história nacional. Nesse três de outubro é preciso votar no Estado de Direito, na Ética, na Democracia e nas Leis. É preciso dar um basta nos “Fichas Sujas”, nos coronéis, nos demagogos, nos desqualificados e nos gananciosos.